

## ENTREVISTA

### Prof. Dr. Valdo Barcelos (Universidade Federal de Santa Maria)

**Sobre o entrevistado** — Valdo Barcelos é natural da cidade de Santa Maria/RS. Membro da Academia Internacional de Letras, Artes e Ciências-ALPAS-21. Ocupa a Cadeira número 102-Patrono, Paulo Freire. Membro da Academia Santa-Mariense de Letras (ASL). Ocupa a Cadeira de n. 21-Patrono é o Escritor Cyro Martins. Membro da Casa do Poeta de Santa Maria. Membro da Anistia Internacional. Seção Brasil, desde 1972. Escritor nos gêneros crônica, poesia e conto. Participante de Antologias poéticas; Prêmio em poesia no Concurso Literário Felipe de Oliveira (2008). Colaborador de Jornais diários. Professor Titular da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM-CE. Orientador de Mestrado e Doutorado. Pesquisador Produtividade-1-CNPq-Professor Visitante Universidade de COIMBRA-Portugal. Indicado para o Prêmio Pesquisador Destaque em Educação/FAPERGS-2021. Pela sua dedicação as Artes, Ciências e aos Direitos Humanos recebeu a Comenda Personalidade Literária 2017. Prêmio Destaque Literário em Poesia, no 32º. Concurso Literário de Poesias, Contos e Crônicas (2020), pela Academia Internacional de Artes, Letras, e Ciências – ALPAS 21. Professor Conferencista Convidado Visitante no Instituto PI-AGET-Portugal. Professor Pesquisador Visitante no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia-Manaus (INPA). Indicado ao Prêmio Destaque em Pesquisa na Educação pela FAPERGS, ano 2021. Consultor da UNESCO-MEC-INEP-MCT-CYTED-CAPES-CNPQ. Membro da Anistia Internacional-Seção Brasil desde 1974. Tem mais de quarenta Livros publicados e uma centena de capítulos de livros e de artigos científicos em revistas nacionais e internacionais. Colunista do Jor-

nal Diário de Santa Maria. Participa de vários programas de rádio e televisão.

ORCID: 0000-0001-7768-1543

Lattes: 744776089646

E-mail: vbarcelos@terra.com.br

#### Introdução

As respostas as questões colocadas pelos editores da Revista InterAção serão respondidas tomando como principal referência minha obra intitulada *Populismo Fascismo – os maiores inimigos da democracia*, publicado pela editora OIKOS, 2021. Segue abaixo um Release do livro citado.

*Populismo e Fascismo – os maiores inimigos da democracia* por Valdo Barcelos

Os objetivos desse livro são: (1) fazer um convite à reflexão sobre a natureza do ressurgimento de movimentos como populismo, fascismo e nacionalismo no mundo atual; (2) refletir sobre os riscos que tais ressurgimentos podem oferecer a Democracia; (3) entender como governos eleitos democraticamente podem se transformar em regimes autoritários e antidemocráticos, via processos eleitorais legítimos; (4) Refletir sobre a necessidade de retomar o princípio de que a democracia e a convivência democrática se fundam na vontade generosa e sincera de convivência com o outro no respeito mútuo e na honestidade das relações e (5) refletir sobre a possibilidade de construção da

Democracia como uma obra de arte, em permanente aprimoramento, a partir do viver/conviver colaborativo e *co-operativo*, tendo como um dos pontos de partida a educação, principalmente, das crianças.

Queremos ou não queremos que as crianças e os jovens de hoje transformem-se em adultos amantes da Democracia? Que sejam honestos e sinceros consigo mesmo e com os outros? Que colaborem e *co-operem* como algo espontâneo em seu viver/conviver em sociedade? Que não discriminem a qualquer pessoa? Que respeitem a si mesmos como ponto de partida para respeitar o outro? Que, afinal, tenham a possibilidade de viver em um país que os acolha, respeite suas liberdades e não os mergulhe no cenário de desonestidade no qual estamos sucumbindo?.

Ao vivermos em regimes democráticos, acabamos como que nos “acostumando” a pensar a Democracia (1) como algo que está consolidado, e (2) como algo do âmbito exclusivo das instituições. Por outro lado, nos dedicamos à construção e manutenção de instituições democráticas. Sem dúvida que isso não tem nada de errado em si. No entanto, ao olharmos exclusivamente para as instituições, descuidamos de algo básico: da atenção para a construção de relações democráticas entre as pessoas. A Democracia não pode ser resumida a uma reflexão intelectual sobre o caráter das instituições e mesmo entre as pessoas. A Democracia precisa ser um exercício cotidiano e permanente na convivência entre as pessoas, particularmente em suas relações íntimas. Pensar a Democracia a partir da construção de relações democráticas entre as pessoas é, sem dúvida, um passo importante e necessário. Esse seria um primeiro e, certamente, fundamental passo. Contudo, não seria suficiente. Há que pensar um segundo passo. Isso quer dizer: um passo sem o qual a Democracia não se realizará. Há que entendermos que a Democracia, e, conseqüentemente as relações democráticas entre as pessoas, precisam começar a acontecer desde infância. Sim, pois, as crianças são seres no mundo. Ou seja: Democracia é, sim,

coisa de criança. Só quando a Democracia for entendida e assumida, também, como coisa de criança, é que poderemos começar a acreditar na possibilidade de construir um mundo de adultos que tenham, real e sinceramente, apreço pela Democracia. Transformar crianças em cidadãos que se encantem e se enamorem pela Democracia, é a principal tarefa da educação em uma sociedade que se queira realmente democrática.

Como tornar realidade a longevidade da Democracia? Não esquecendo, em nenhum momento, de lembrar esses princípios fundantes da convivência democrática em nossas relações íntimas na família, nos locais de trabalho, nos espaços de lazer, nos clubes que frequentamos, nas igrejas e, fundamentalmente, incorporando os princípios da Democracia nas salas de aula, nos livros e nos documentos educacionais. Enfim, a educação pode ser um espaço privilegiado para a afirmação da longevidade da Democracia, bem como a melhor alternativa para a construção de uma cultura de paz entre os povos. Entre todos os povos que desejarem, sinceramente, viver e enamorem-se pela Democracia.

**Editora OIKOS**, 160 págs.

**A quem se dirige:** Áreas da política, Ciências Sociais, Comunicação, Economia, Educação, Democracia e Sociedade.

**Quais são os possíveis cenários políticos para a eleição no Brasil? Quais partidos políticos podem se destacar?**

**Valdo Barcelos** — Vou arriscar três possíveis cenários para o que podemos ter a partir da eleição do presidente Jair Bolsonaro. O primeiro é de certo otimismo, na medida em que logo retornaremos ao caminho democrático como consequência da não reeleição do atual presidente; o segundo é menos alentador, pois iríamos para a consolidação desse modelo de governo e sua ampliação para outros poderes da república e o terceiro é um cenário de radicalização e de acirramento das disputas entre

a oposição e o governo. A seguir farei uma reflexão sobre os possíveis desdobramentos de cada um desses cenários.

*Cenário 1* – Cenário otimista do ponto de vista da democracia. O atual governo do presidente Jair Bolsonaro perde apoio popular, bem como se desgasta frente a setores políticos que o apoiaram, mas que não tinham a exata dimensão da truculência e do mau gosto de sua forma de atuação política desrespeitosa para com os adversários políticos e setores ditos pertencentes às minorias sociais. O presidente sofre derrotas no parlamento e também no Supremo Tribunal Federal e não consegue êxito em modificar a constituição e impor suas propostas via Decretos e Medidas Provisórias. Nesse cenário o atual presidente não consegue se reeleger. Também não pode ser descartada a possibilidade de um processo de *Impeachment* do presidente em função de abuso de sua autoridade e de ações intempestivas. Nesse cenário, o período de governo do presidente Jair Bolsonaro teria servido como que uma espécie de alerta para as posições políticas mais radicais, dos perigos que a democracia pode correr nas mãos de aventureiros autoritários. De outra forma, seriam reafirmados os valores da tolerância, do diálogo, enfim, da necessidade de fazerem-se alianças políticas no campo democrático, sempre que a Democracia estiver correndo perigo. Teríamos, assim, ganhado mais uma oportunidade para refletirmos sobre a necessidade do fortalecimento das instituições democráticas que, diga-se, é a forma mais simples de garantirmos a vida em Democracia;

*Cenário 2* – Cenário em que o presidente se reelege e se fortalece junto aos setores populares e ganha mais credibilidade ainda junto aos seus eleitores(as) assumidamente de direita e de extrema direita política. Fortalecido o presidente avança cada vez mais na direção de alterar leis e

promover reformas que vão encurralando as posições políticas de oposição. A reeleição dá ao governo a legitimidade que tanto precisa para colocar em andamento as suas bandeiras de campanha que não foram implementadas no primeiro mandato. O presidente busca se fortalecer junto ao supremo Tribunal Federal pela nomeação de juizes de sua preferência quanto às posições mais conservadoras; seu apoio no Congresso e no Senado se amplia em função do aumento do número de parlamentares eleitos nas eleições proporcionais; da mesma forma o presidente elege mais governadores de Estado simpáticos às suas propostas; os movimentos de defesa dos Direitos Humanos; ambientalistas; indígenas e outros movimentos de defesa das liberdades e dos direitos civis são pressionados e forçados a recuar em suas reivindicações. Enfim, teríamos um cenário de grandes dificuldades e de enfraquecimento dos movimentos de questionamento das medidas autoritárias do governo;

*Cenário 3* – Cenário de acirramento das disputas entre a oposição e o governo. Nesse cenário, o nível de tensionamento das disputas seria levado para os limites de tensão suportável pela Democracia. O governo intensificaria suas ações no sentido de constranger e/ou reduzir a independência dos demais poderes constituídos da República, tais como, o Poder Judiciário e o Poder Legislativo. As instituições Democráticas seriam questionadas e pressionadas por movimentos de extrema direita em direção ao acirramento, por exemplo, da rejeição aos imigrantes; aos grupos de defesa dos direitos e liberdades civis; redução dos espaços de liberdade de expressão; pressão sobre a imprensa livre e independente, particularmente, aqueles setores que não aderiram ao governo; desqualificação das pesquisas e da legislação de proteção relativas às questões ambientais; a

defesa do endurecimento das leis contra delitos sociais; as pessoas se desinteressariam ainda mais pela política e pela defesa da Democracia. Enfim, esse seria um cenário de extrema gravidade política e de perigo para a Democracia. Esse desfecho parece-me o menos provável, mas, também, não pode ser descartado como uma das possibilidades futuras do governo do presidente Jair Bolsonaro. Frente a um cenário tão desfavorável, para as relações democráticas, se fará fundamental o papel de lideranças políticas verdadeiramente comprometidas com os princípios e com as normas da democracia. Esse comprometimento terá de passar, necessariamente, pela formação de uma frente ampla democrática em defesa do retorno e da manutenção dos pressupostos da Democracia. Ou isto, ou a Democracia brasileira corre o sério risco de sucumbir e o preço disso não se pode sequer calcular. Em momentos tão cruciais como esses, poderá ser de grande valia o conhecimento dos processos que levaram outras democracias consolidadas a se esboroarem e dar lugar a regimes autoritários e autocráticos. O entendimento desses processos nos fará compreender como ocorreram e, assim, evitar retrocessos.

Como vemos, estamos frente a um exemplo clássico de que a Democracia pode morrer mesmo em um sistema democrático. Ou seja: não há como garantir, mesmo tendo-se uma constituição democrática que a Democracia não será derrotada.

A Constituição brasileira de 1988 (conhecida como a Constituição cidadã) baseou-se em um conjunto de leis e de normas que, se observadas na sua inteireza nos proporcionariam um funcionamento democrático das instituições da República. Com ela, e com sua observância, poderíamos ficar tranquilos quanto à rejeição de retornos autoritários.

Infelizmente o mundo real da política não é tão simples assim.

Ocorre que existem procedimentos, condutas, que são impossíveis de serem materializadas em artigos e normas constitucionais como, por exemplo, o respeito mútuo, tolerância com os divergentes, necessidade de tratar os adversários políticos com dignidade e aceitação dos mesmos como legítimos. Enfim, tratar as divergências políticas como normais num processo democrático. Não entender os adversários políticos como inimigos em uma guerra. Inimigos que devem ser eliminados, exterminados, riscados do mapa político. Dizendo de outra forma: a sobrevivência da Democracia não depende somente de leis. Ela - a Democracia - para ser mantida e aprofundada carece do desejo sincero e generoso de não aceitarmos o jogo da manipulação, da distorção dos argumentos e dos fatos, da mentira como forma de resolver as divergências que, eventualmente, surgirem. Levitsky e Ziblat (2018:202) chamam a atenção para o fato de que mesmo quando nos confrontarmos com um valentão arrogante e violento “disposto a usar todos os meios necessários para vencer, os que jogam seguindo as regras correm o risco de fazer papel de bobos”, não devemos sucumbir à tentação da desonestidade.

Resumindo: a Democracia exige que joguemos o jogo limpo e jamais aceitemos apelar para o jogo sujo. Mesmo quando os adversários o façam. Se aceitarmos o chamamento de mandar as normas e regras democráticas às “favas”, nos igualaremos aos defensores do autoritarismo e dos inimigos da Democracia.

Ao aceitarmos usar os mesmos artifícios manipuladores e mentirosos que por ventura os adversários lançam mão, estaremos nos parecendo com eles e, com isso, estaremos dando uma péssima contribuição para a política e para a Democracia.

Há que aprendermos que a melhor alternativa para desalojar os autoritários do poder é pela via democrática. Aceitar as regras que o jogo antidemocrático oferece nunca será uma boa opção. Mesmo que se obtenha uma vitória ela seria atingida por meio de um custo, para a Democracia, que talvez não

possamos sequer avaliar. A democracia que surgiria a partir desse tipo de vitória seria uma Democracia contaminada pelo rancor, pelo ódio, pelo desejo de revanche, enfim, por sentimentos que não combinam com os princípios democráticos e de uma vida no caminho da pacificação dos espíritos. Ao contrário, estaríamos criando um ambiente futuro propício a novas contendas radicais que, mais cedo ou mais tarde, colocariam novamente a Democracia em risco. Existem poucas coisas mais prejudiciais para a estabilidade democrática que uma oposição raivosa e que não aceita dialogar. Uma destituição do poder pela via da sectarização política acaba por criar uma oposição ainda mais aferrada à opção de se utilizar de todos os meios possíveis para retornar ao poder.

Não podemos esquecer que a longevidade da Democracia precisa de cidadãos que não apenas se contenham frente ao limite das leis e das normas constitucionais, mas, que também tenham o bom senso de saber o limite entre a disputa política que respeita o adversário e a guerra onde a oposição deve ser eliminada. Deve ser banida do cenário político.

Em um clássico da literatura política intitulado o *Espírito das leis* (1748) seu autor, o filósofo francês Charles-Louis de Secondat (1689-1755), conhecido por Montesquieu, foi brilhante, contudo, não podia imaginar que sua obra era quase perfeita. Digo quase porque Montesquieu não percebeu que seu tratado sobre a Democracia e as instituições não estavam garantidos, não eram imunes ao ataque de aventureiros.

Em sua clássica obra Montesquieu construiu uma forma e/ou um sistema de governo, no qual propunha a separação dos poderes, a preservação das liberdades civis, a manutenção da lei e o fim da escravidão. A obra foi um grande avanço para a época e se transformou em um clássico.

Infelizmente as leis e as normas constitucionais não são suficientes para frear os ímpetos antidemocráticos e autoritários de lideranças políticas com tendência ao autoritarismo. Assim que, a genialidade e a beleza da Democracia estão, justo, no fato de que aqueles e aquelas que a adotam e a defendem não o fazem apenas pela obediência das leis, mas, sim, e isso é fundamental, pelo estabelecimento de normas e de práticas de

conduta baseadas na cooperação, na equidade, na justiça, na honestidade e na generosidade humana. São atributos como esses, entre outros, não inscritos na constituição, que acabarão, ao fim e ao cabo, dando a estabilidade e a longevidade possível e necessária para a consolidação e preservação da Democracia.

A maior dificuldade para a criação de normas e de regras de convivência democrática, que não estão no texto constitucional, é o fato de que isso exige um esforço voluntário e coletivo das diferentes forças políticas democráticas. Faz-se necessário um pacto de confiança e de cooperação em nome de um objetivo maior, de um projeto comum de Democracia que busque o retorno a ela. Levitsky e Ziblath (2018) chamam a atenção para o fato de que esse tipo de acordo normalmente acontece apenas depois que as lideranças comprometidas com a Democracia se deparam com os estragos causados pelo autoritarismo e percebem que se não conseguirem um mínimo de união em torno dos ideais democráticos a Democracia corre o risco de ser aniquilada. Superar a sectarização política é o maior desafio para as lideranças realmente democráticas e preocupadas com os destinos de seu país.

Outra questão importante a ser levada em conta é que, por ser a Democracia um projeto coletivo e cooperativo, ela não poderá ser realizada apenas pelas lideranças políticas por mais representativas que as mesmas sejam. A Democracia não se realizará apenas com a condução dos partidos políticos, ela exige a participação efetiva e afetiva dos cidadãos. Assim que não seria nenhum exagero dizermos que o destino da democracia está nas mãos de toda a comunidade. Se por um lado nenhuma liderança política isolada tem tanto poder para acabar com a Democracia a preservação da Democracia, também, carece de todos os cidadãos.

Sintetizando: para preservarmos a Democracia precisamos ir além do respeito e do cumprimento das leis democráticas e institucionais. Há que trabalhar no sentido de que as pessoas não percam a crença na Democracia como o melhor caminho a seguir. Essa esperança

numa sociedade democrática, via de regra começa a se perder quando o Estado não cumpre suas funções básicas como garantia do Estado de Direito; não combate com vigor a corrupção nos seus mais diferentes níveis; não corrige os abusos de poder; quando o sistema judiciário se mostra inoperante ou lento demais; quando a criminalidade e a violência se tornam uma rotina na vida dos cidadãos, enfim, quando a desigualdade social e a pobreza passam a não mais incomodar as instituições de Estado e mesmo as pessoas que conseguem, por privilégios, ficar ao abrigo dessa violência.

Mas como tornar uma realidade a longevidade da Democracia? Não esquecendo, em nenhum momento, de lembrar esses princípios em nossas relações íntimas na família, nos locais de trabalho, nos espaços de lazer, nos clubes que frequentamos, nas igrejas e, fundamentalmente, incorporando os princípios da Democracia nas salas de aula, nos livros e nos documentos educacionais.

Enfim, a educação pode ser um espaço privilegiado para a afirmação da longevidade da Democracia, bem como a melhor alternativa para a vida boa e para a construção de uma cultura de paz entre os povos. Entre todos os povos que desejarem viver e enamorem-se pela Democracia.

Quanto aos partidos que se destacarão nessa eleição para presidente, com certeza, o Partido dos Trabalhadores, em segundo lugar o Partido Democrático Trabalhista e com alguma evidência talvez o Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Tudo isso dependerá em muito do conjunto de alianças que se formarem nessas eleições.

Quanto ao partido pelo qual concorrerá à reeleição o atual presidente é temerário fazer qualquer previsão pois o presidente troca de

partido conforme as conveniências do momento político.

### **Qual o balanço do governo Bolsonaro?**

**VB** — Primeiro é preciso ressaltar: se existe algo de que não se possa acusar o atual presidente, e seu governo, é de que ele está praticando fraude eleitoral em relação ao que propunha na sua campanha. Suas propostas de campanha estão sendo implementadas na medida em que consegue os apoios necessários nos demais poderes da república.

Talvez a única exceção seja no quesito do combate a corrupção que tanto propagava na campanha. Os fatos envolvendo alguns de seus ministros e até membros de seu clã familiar são uma demonstração cabal disso.

Dito isso, o governo tem se esmerado em colocar em prática suas propostas de caráter extremamente conservador e mostram, em muitos casos, um total desprezo pelas instituições democráticas, tanto do Estado, quanto da sociedade civil. Os exemplos são notórios.

Aliado a essa postura, o viés populista e, em muitos casos fascistas, tem sido uma marca desse governo. Importante ressaltar, também, que seus apoiadores(as) tem se mostrado, com algumas exceções, fiéis ao seu governo. Pelo menos até o momento. Isso pode ser constatado pelos índices de aprovação popular que se mantém num patamar ainda elevado. Apesar de todos os desmandos cometidos, particularmente no que diz respeito aos ataques a liberdade de imprensa, a forma desastrosa como o governo tratou a pandemia da COVID-19. Isso para citar apenas dois exemplos dramáticos.

**Entrevistador:** José Renato Ferraz da Silveira.